

Capítulo 19

AUTONOMIA E ÉTICA DOCENTE: UMA PERSPECTIVA DECOLONIAL NO CONTEXTO DA PRÁTICA DO ENSINO-APRENDIZAGEM

*Igor Câmara de Araújo*⁴⁴

*Gilberto Ferreira da Silva*⁴⁵

O termo autonomia tem origem nos vocábulos gregos *auto*, que significa si mesmo, e *nomos*, que significa norma, lei ou instituição. Nessa perspectiva, autonomia é a capacidade do sujeito criar e seguir suas próprias regras, isto é, instituir uma ética e governar a si mesmo (SILVA *apud* AGUIAR, 2019, p. 16).

1 Introdução

Este artigo propõe uma reflexão, tomando por princípio a ideia do desenvolvimento da autonomia na profissão docente, valorizando a ética e os valores inerentes à profissão. Historicamente, se considerarmos a ideia de autonomia, ela pode ser compreendida como um elemento presente na ação profissional docente e mesmo pode ser vista como um valor.

Este estudo é mobilizado pela constatação de que as teorias, em geral no campo da educação e que acabam formando o profissional da educação, apresentam-se de forma repetitiva, ensinadas quase ao esgotamento, em grande medida de maneira acrítica, ainda que paradoxalmente apontando para uma intenção que visa a desenvolver a criticidade, entretanto, na maioria das vezes, custosa de ser observada.

Assim, neste estudo fazemos a defesa da construção de uma autonomia com sentido para a prática docente, que valoriza e reconhece o conhecimento que brota do chão da atuação profissional e identifica a existencialidade como elemento fundante do exercício profissional.

Organizou-se o texto em três seções: a primeira delas resgata e explora a ideia de autonomia e suas interfaces no campo da prática docente, a segunda enfatiza o lugar ocupado na constituição docente e, por último, a terceira enfatiza os efeitos da construção autônoma do profissional da educação no campo da aprendizagem.

2 Notas sobre autonomia na profissão docente e o saber decolonial

Falar em autonomia docente significa emergir desde um lugar próprio onde esta construção se dá, e, privilegiadamente, um dos espaços em que isso se desdobra de forma profícua e instigante é o da sala de aula; arena em que se movimenta cotidianamente o profissional da educação, espaço esse que institui a docência, seja ela pela mera reprodução dos modelos educacionais existentes, seja ela por uma ação revitalizadora e criativa que forja identidades docentes reflexivas, emancipadas e, porque não, também descolonizadas.

44 Mestrando em Educação pela Universidade La Salle – Canoas. Bacharel em Direito pela Universidade Paulista –Unip. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI). E-mail: igor_camara12@yahoo.com.br

45 Doutor em Educação. Professor do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle. Pesquisador CNPq. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI). E-mail: gilberto.ferreira@unilasalle.edu.br

Nesta direção, é importante discorrermos sobre o que é autonomia e compreendermos que existe a necessidade de a comunidade docente valorizar e imprimir com ciência esse princípio no contexto de ensino-aprendizagem, com o objetivo de uma reflexão crítica sobre a produção desse conhecimento centrada, até então, no pensamento eurocêntrico ou dominante; pensamento esse que carrega um lado obscuro, revelado pela conquista, pela ocupação de forma violenta e sanguinária de diferentes povos e suas terras tradicionais durante o período de expansão europeia. Estas conquistas promoveram dolorosas consequências e abriram grandes feridas aos conquistados, subordinando-os a ter e se ver de um só ponto de vista. É a partir desse domínio e pensamento eurocêntrico que nasce a expressão decolonial, com a finalidade de olhar o ensino por outro ponto de vista, ampliando possibilidades de compreensão, revisando velhas noções consolidadas e se propondo a desconstruir verdades absolutas. Sob um olhar crítico, autônomo e, também, por que não dizer, ético, ousar em desaprender para aprender, ou melhor, autolibertar-se.

Legramandi e Gomes (2019) defendem que “[...] é a insurgência que proporcionará a decolonização de si. [...]” (p. 29). Concordamos com tal afirmação, mas, porque também não dizer que, além da insurgência (rebelião), a autonomia (que neste artigo definimos como liberdade) é um pressuposto que leva à autolibertação tanto do pensamento colonial quanto decolonial? Essa liberdade é um pressuposto importante no processo de desaprender para aprender. Autonomia implica vontade, dignidade, liberdade, razão, poder de romper com paradigmas tradicionais em busca de novos, que proporcionem a reescrita da diegese educacional ampliando o debate em torno das convicções e práticas educacionais (ou do ensino).

A insurgência e resistência no pensamento freiriano compõem propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória uma vez que o despontar do pensamento dos colonizados, que havia sido suprimido sob o julgo do eurocentrismo, se constitui como uma nova categoria epistemológica e capaz de proporcionar a reescrita da diegese educacional enquanto projeto político que almeja a ruptura com as muitas maneiras de opressão e dominação das várias nuances do colonialismo, amplificando o debate em torno das convicções e práticas educacionais que beneficiem a autonomia, a dignidade e a liberdade (LEGRAMANDI; GOMES, 2019, p. 29).

É por meio da autonomia do pensamento que é possível compreendermos novos contextos, mundos, realidades e saberes. A autonomia não é criação de um autor ou pensador. É um princípio que rege a vida e a razão humana. Neste sentido, Botton (2005) descreve que autonomia é um princípio constituído sob dois fundamentos: o dignidade da natureza humana (vida) e de toda a natureza racional (razão).

O princípio de autonomia revela assim o mais alto valor do ser humano na capacidade que ele tem de ser tanto soberano quando súdito de si mesmo, e, disto resulta que, a cada ser humano é atribuído um valor único e incondicional, de maneira que a “Autonomia é pois o fundamento da dignidade da natureza humana e de toda a natureza racional” (BOTTON, 2005, p. 7).

Entendemos que a autonomia dá ao docente a liberdade, a capacidade e a soberania de autolibertação de conceitos, estruturas, pensamentos dominantes e coloniais; que é preciso nascer uma nova concepção, novo paradigma, um novo olhar, uma nova perspectiva de mundo e do conhecimento, onde o questionamento é necessário para rupturas com antigos conhecimentos para adesão de novos, e destacamos como um novo pensamento o modo de ver decolonial, que pode ser aplicado em todos os contextos, ramificações, interdisciplinaridade, seja intrínseca ou extrinsecamente, na ciência da educação, com o objetivo de construí-la, aperfeiçoá-la, e, assim, colaborar na esfera intelectual, política, social e científico, em busca do bem comum. É necessário que, por intermédio da autonomia, aconteça o chamado “giro ou virada decolonial”, que outorga ao docente o poder livre de construir ou iniciar um processo de autolibertação do pensamento eurocêntrico e velhos conceitos e práticas repetitivas. Para Preto *et al.* (2016), essa virada implica em “[...] promover uma descolonização que envolva o conhecimento, o pensamento e o saber para um resgate de povos que tiveram suas culturas suprimidas ao longo de diversas colonizações [...]” (p. 5).

Neste sentido, afirma-se que a decolonização do conhecimento pode ser possível mediante a autolibertação

que o princípio da autonomia em si, ou em tese, proporciona. Penteado (2018), em sua obra *Autonomia do professor: uma perspectiva interdisciplinar para a cultura do cuidado docente*, aborda o pensamento de Contreras (2002) quanto à importância da autonomia e da perspectiva interdisciplinar, bem como a importância do seu papel na sociedade:

A autonomia e o controle do professor são elementos essenciais para pensar o contexto educacional, a prática profissional docente, as condições em que o trabalho docente se desenvolve, as políticas de educação, a relação do trabalhador professor com a sociedade e os modos dela conceber o papel do professor na educação, com destaque para a discussão da profissionalização docente (CONTRERAS *apud* PENTEADO, 2018. p. 243).

A autonomia do professor é importante, pois ela é um pressuposto que, aliada a ética, pode ser utilizada como elemento essencial para contribuir com a revisão profunda do que compõe o ensino marcadamente de matriz colonial. Assim, esses dois elementos, utilizados sob o prisma do ensino decolonial, aprimoram o ensino e combatem a permanência de modos de neocolonização, o que se pode identificar como a colonialidade do saber. Nesse sentido, entendemos que a decolonialidade

[...] designa o questionamento radical e a busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas contra as classes e os grupos subalternos pelo conjunto de agentes, relações e mecanismos de controle, discriminação e negação da modernidade/colonialidade. De outra forma, decolonialidade refere-se ao esforço por “transgredir, espiritual que foi – e é – estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade” [...] (NETO, 2015, p. 14).

Diante do exposto, é evidente que passa a existir os questionamentos. Por exemplo: Qual a relação entre a autonomia e o pensamento decolonial? Ambas estão imbricadas e convergem para a possibilidade de construção de um outro horizonte, tanto do campo político, econômico quanto da própria área da educação, e, por conseguinte, repensar os próprios processos formativos de professores. Necessário é que o docente tenha a conscientização da sua importância tanto em sala de aula, na sociedade, quanto para a comunidade intelectual, e que é preciso usar, de modo ostensivo, o princípio da autonomia para romper com velhos paradigmas e o pensamento colonial. Ou seja, desaprender para aprender. Paulo Freire (2006) exorta-nos a rompermos, ou melhor, a “[...] ultrapassarmos a esfera espontânea da realidade para chegarmos a uma esfera crítica” (p. 30).

Já para Contreras (2002), a autonomia requer uma reformulação nas relações e construções, tanto de vínculos entre os professores e a sociedade quanto de uma reformulação e construção do próprio pensamento da prática do ensino. As reformulações nas relações e construções do pensamento libertário podem contribuir se forem contempladas em políticas educacionais que permitam a revisão e a assunção dos profissionais da educação ao lugar de intelectuais que pensam desde a ação docente. Singularmente, o docente rompe com os velhos paradigmas e pensamentos herdados da colonização. Nessa mesma direção Freire (2006) descreve: “A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (p. 30). Cada ação pedagógica ou prática que possa evidenciar a importância da educação para a melhoria da sociedade, sempre será admirável. É necessário que o profissional docente tenha essa noção de autoconhecimento.

Em que pese, a autonomia do professor se faz importante e necessária na medida em que vem revestida da responsabilidade moral, intelectual e social. Neste sentido, apontamos a ética no contexto da autonomia do docente na direção de que possibilita ao educador, em determinadas situações, ser mediador na solução de demandas decorrentes da atividade docente. Algumas decisões, como aprovar ou reprovar determinado aluno, podem ser nocivas se não forem observadas as regras institucionais, seguir o bom senso e a preservação da justiça. Na autonomia do professor ante a sua profissão, “quer seja na gestão de conteúdos ou na gestão das classes”, Gauthier *et al.* (2003) escrevem:

[...] o contrário do reservatório de conhecimentos do ensino, que engloba todos os saberes dos professores, o repertório de conhecimentos diz respeito unicamente à parte formalizável do

saber docente oriunda do exercício cotidiano do magistério em sala de aula. A importância de constituir um tal repertório reside na capacidade de revelar e de validar o saber experiencial dos bons professores a fim de torná-lo público e acessível (p. 179).

Residem dentro da profissão os aspectos pessoais (compromissos moral e ético) e sociais (de relacionamento e dos valores que os guiam). Ou seja, consiste em uma questão humana, e não técnica, pois, na medida em que o docente passa a negociar com o seu contexto de atuação, e com rupturas de paradigmas (sejam políticas, sociais, econômicas e educacionais), delibera conscientemente sobre seus juízos e valores, que acreditamos serem benéficos para sua própria formação quanto para o ensino-aprendizagem. Diante dessas reflexões, cabe ao professor buscar a convergência e a colaboração dessa dicotomia no ambiente escolar. Tardif (2002) destaca: “Nesse sentido, a transmissão da matéria e a gestão das interações não constituem elementos entre outros do trabalho docente, mas o próprio cerne da profissão” (p. 219). Em outras palavras, o professor precisa saber gerir esses dois pressupostos. Para que o docente obtenha êxito neste desafio, é preciso utilizar os dois princípios, a saber: a autonomia e a ética de maneira decolonial e, assim, promover uma revolução que privilegie a autolibertação.

3 A autonomia do professor como princípio de autolibertação do saber colonial

A relação da autonomia entre o professor no contexto da prática do ensino, ou no processo de aprendizagem, pode ser compreendida de diversas maneiras, inclusive do ponto de vista decolonial. Neste tópico abordaremos alguns autores que expressam suas ideias sobre a importância da autonomia docente no exercício da sua profissão. Concomitantemente, apresentaremos a sua interligação com a doutrina decolonial, seja em uma conexão direta ou indireta com o saber libertário. Neste sentido, faz-se necessária que essa autonomia seja também pautada na doutrina decolonial.

A definição da autonomia, segundo o Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa (FERREIRA, 1986), pode apresentar os seguintes significados: “[...] Faculdade de se governar por si mesmo; direito ou faculdade de se reger (uma nação) por si próprio; liberdade ou independência moral ou intelectual; propriedade pela qual o homem pretende escolher as leis que regem sua conduta” (p. 203).

Postula-se a autonomia da emancipação como um processo coletivo de transformações sociais fundamentado na ideia de trabalho docente como intelectual crítico. A autonomia é concebida como possibilidade e atributo que pode ser desenvolvido pelo professor em sua prática docente; exercício de desenvolvimento da responsabilidade que mobiliza o campo individual, mas encontra seu sentido no trabalho coletivo com o outro.

É inegável que Paulo Freire (2006) defende que a autonomia como emancipação nos leva a um pensamento crítico e a uma autolibertação de valores, ideias, ensinamentos e velhas doutrinas. Contreras (2002) ainda afirma e “profetiza” que a autonomia é uma convicção de que um desenvolvimento mais educativo dos professores (formação) e das escolas (lugar de ensino) virá de um processo democrático da educação, com o intuito de, conjuntamente, construir a autonomia profissional e a social.

A autonomia não é um chamado à autocomplacência, nem tampouco ao individualismo competitivo, mas à convicção de que um desenvolvimento mais educativo dos professores e das escolas virá do processo democrático da educação, isto é, da tentativa de se construir a autonomia profissional juntamente com a autonomia social (CONTRERAS, 2002, p. 302).

Para Contreras (2002), a importância da autonomia tem início na superação do fazer instrumental e do profissionalismo docente, em que a profissionalização da docência toma por base um domínio técnico, que são as habilidades ou repertório dos saberes teóricos. O autor advoga que é uma procura e prática contínua, na qual o professor se abre para a compreensão e a reconstrução da identidade profissional. Para almejar uma relação de

autonomia, é preciso que a educação tenha uma característica que não seja autoritária para que a autonomia seja vista como decisão reflexiva e como uma construção contínua de autoconhecimento (que entendemos neste artigo de autolibertação). Sem autonomia não é possível chegar até a autolibertação.

Valorizar a importância educacional de uma determinada prática está valorizando o que isso implica para nós. Assim, o processo de autoconhecimento profissional nasce e retorna ao contexto de relacionamentos em que tentamos desenvolver nossas próprias convicções e recursos como profissionais da educação (CONTRERAS, 2002, p. 157).

Segundo Contreras (2002), a autonomia não pode ser analisada por uma perspectiva individualista ou psicologista, como se fosse uma capacidade que os indivíduos possuem. Ou seja, não se nasce com autonomia, se adquire. “[...] a autonomia não pode ser analisada de uma perspectiva individualista ou psicologista, como se fosse uma capacidade que os indivíduos possuem” (CONTRERAS, 2002, p. 215). Na concepção do autor supracitado, ela é um exercício contínuo de intervenção nos contextos sociais da prática, quando as decisões são fruto de reflexões sobre as ações, como o é no modelo do profissional reflexivo. Não se deve, todavia, conceber as situações em relação às quais o professor reflete e delibera como estáticas, justamente por serem realizações humanas.

Há a necessidade do diálogo não impositivo que vise à compreensão do aluno em relação às pretensões educativas e à necessidade de assumir o protagonismo de sua vida e de seu aprendizado; e do professor em relação ao entendimento das perspectivas e circunstâncias de seus alunos, de seus colegas e de outros setores da sociedade. É importante frisar que o debate sobre a autonomia no trabalho docente não pode ser conduzido de forma descontextualizada. A autonomia, nesse sentido, está sempre vinculada desde onde e com quem se constrói as relações, e, no caso da docência, é na escola e no espaço da sala de aula que se vive intensamente a experiência de tomar decisões.

Na perspectiva de Freire (2003), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (p. 47), e o conhecimento precisa ser vivido e testemunhado pelo agente pedagógico. O professor necessita insistir no seu próprio processo de aprendizagem, e refletir que ensinar não é transferir conhecimento, levando-o a pensar sobre a sua compreensão de educação e autonomia para que se estabeleçam as propriedades do processo pedagógico. Para o professor, a educação deve ser, acima de tudo, uma observação permanente para modificar a sua atitude, ou seja, o professor também aprende no contínuo do seu exercício. É nesse contexto que a autonomia do professor faz-se importante na perspectiva do ambiente de aprendizagem, e porque não dizer, também, na perspectiva decolonizadora do saber? Notemos que com essas abordagens no campo educacional apontamos a importância da autonomia do professor dentro do seu contexto, que envolve não somente os processos atinentes ao ensino e à aprendizagem voltados aos alunos, mas também ao próprio processo de aprendizagem do professor e de sua concepção sobre a temática. É evidente aqui, igualmente, a necessidade da relação entre professor e aluno de forma ética, racional e respeitosa, para que haja sucesso da atividade educacional. Neste sentido, Monteiro *et al.* (2010) asseveram que

O conceito de sujeito autônomo, portanto, envolve a ideia de responsabilidade social, pois requer compromisso daqueles que participam do processo decisório com questões que vão além de seus próprios interesses. Por isso, longe de ser um empreendimento individual, a atitude autônoma necessita estar vinculada a uma sensibilidade capaz de entender o outro e com disposição para a busca do consenso social (p. 119).

O professor precisa acreditar na educação e ter convicção de que ela pode mudar a sociedade e que ele tem papel fundamental na construção dessa, influenciando na maneira de pensar e agir dos educandos. Os alunos têm direito a ter uma educação prazerosa e de qualidade. Para que o ensino seja prazeroso e alcance seus objetivos, não se pode pensar em apenas ensinar o conteúdo de determinada matéria, mas é necessário investir no educando para que ele se desenvolva, tornando-se crítico diante do que vê e lê. Esse espírito crítico, alinhado com a autonomia e

ética, faz com que, no meio de um ambiente de pensamento opressor, venha a acontecer uma revolução no processo que busca transcender historicamente a colonialidade e olhar sob outro prisma. O professor prepara o seu aluno para a vida além da sala de aula. O professor conecta o aluno à vida em sociedade por meio do ensino, de modo que a autonomia é primordial para essa conexão, pois o professor precisa gerar, pelo princípio da autonomia, a revolução de autolibertação na mente e coração do seu aluno, sendo um canal, um caminho, uma ponte que possa promover liberdade no pensamento e vontade de trilhar e conhecer outros saberes. Finalizamos este tópico destacando a autonomia e o protagonismo docente e o desafio de colocar a gestão do processo autoformativo nas mãos do educador. Assim ensinam Silva e Machado (2018) ao descreverem um dos princípios que regem um trabalho formativo e autoformativo em uma rede municipal de ensino:

Autonomia e protagonismo docente: A gestão do processo auto formativo nas mãos dos docentes, tendo como desafio maior a ideia de colocar-se a serviço. O papel das mantenedoras das redes, neste caso, não seria de conduzir os processos, mas o de instrumentalizar, auxiliar e subsidiar, colocando-se a serviço da proposta em que o protagonismo é dos docentes. Este lugar precisa ser repensado, reestruturado e recolocado em outra posição. Só este movimento já implica, por parte de gestores e assessores, um ato descolonizador de mentes e corpos, pois é preciso reverter a situação para a perspectiva de quem se coloca a serviço, de quem escuta e executa a escuta. Esse protagonismo docente é concebido desde a escola, com as escolas próximas, na rede e quiçá para além da rede, alavancando a ideia da formação em cooperação sem fronteiras. A criação de comissões, coordenações e estratégias de garantia de autonomia são fundamentais para que o processo mobilizador seja eficiente na efetivação deste protagonismo vivido de forma radicalizada (Vaillant, 2014), em que as pequenas experiências possam ser referência para aperfeiçoar novas/ outras. Nesse sentido, ninguém tem a(s) resposta(s), todos(as) as estão construindo (p. 110).

Advogamos que, na circunstância e interligação sob a perspectiva decolonial, é necessário que o educador, além de saber o valor e a importância da autonomia e da ética no contexto de ensino-aprendizagem, compreenda a necessidade “de um modo outro de ver a ciência da educação” e os seus meios tradicionais de ensino. Que o docente não tenha receio de usar a crítica para se autolibertar. Sem ela, não podemos exercer “um modo outro de ver”; nos referimos, aqui, ao pensamento decolonial.

4 A importância da ética no ambiente de aprendizagem sob o contexto decolonial

Afinal, o que é ética? Qual a importância dela no ambiente de aprendizagem? Existe relação da ética com o pensamento decolonial? Respondendo a segunda indagação, acreditamos que sim. Ética tem total conexão com o pensamento decolonial. Cortella (2010) nos apresenta a seguinte definição: “A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ética é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar” (p. 106). É necessário compreender que discorrer sobre ética no contexto de ensino-aprendizagem é importante em virtude da sua relevância para a educação, e que colabora para reger e tornar a sala de aula um lugar harmônico, que contribui para o fluir do ensino e da aprendizagem. Logo, quando se fala de ética tratamos do como viver com o outro, diferente, porém, não um estranho, mas alguém que, de certa forma, anda conosco, como afirma Cortella (2010): “ser humano é ser junto” (p. 117), e segue: “a ética não olha apenas para o interesse de uma pessoa, ela olha para o interesse de um grupo (p. 106); em outras palavras, para uma coletividade visando o bem comum. A ética na educação é necessária, pois visa a contribuir para uma melhor aprendizagem no contexto educacional, de modo que os relacionamentos sejam saudáveis, tanto para quem ensina quanto para quem aprende. Será, porém, que realmente se entende o que isso significa? Será que se observa esse importante instrumento que contribui para a aprendizagem? Ou fica a preocupação somente desde o campo teórico? Quando a ética é associada à comunicação da educação, logo pensa-se na conduta do professor em relação a seus educandos.

A ética gira em todos os princípios e valores que norteiam a ação humana, estabelecendo regras para o bem comum, tanto no individual quanto no coletivo, estabelecendo, assim, princípios gerais. Neste contexto, sua interligação com o pensamento decolonizador é inevitável, pois, assim como a autonomia pode ser um pressuposto para a autolibertação do saber, a ética também pode e, ousamos em afirmar, deve. A ética e a autonomia no ambiente de sala de aula e ensino-aprendizagem devem andar juntas, visando a promover um conhecimento decolonial. O saber e as regras objetivam a harmonia em sala de aula entre professor, aluno e instituição, entre professor e aluno e entre os alunos.

O princípio da ética é necessário no ambiente de ensino-aprendizagem por também ser um fundamento que facilita a relação aluno e professor em busca de novos saberes, não anulando os outros já existentes. No caso, a educação gira em torno dos alunos. Esse ambiente é extremamente positivo para que o ensino seja produtivo e se obtenha o êxito nos processos de ensino e de aprendizagem. “Saber que devo respeito à autonomia e à identidade do educando exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber” (FREIRE, 1996, p. 25). Compreender que: “A necessária promoção da ingenuidade à criticidade não pode ou não deve ser feita à distância de uma rigorosa formação ética ao lado sempre da estética” (FREIRE, 1996 p. 16). Ou seja, ensinar exige estética e ética.

A ética precisa ser trabalhada no ambiente escolar para que os alunos possam conviver de forma respeitosa e “saudável”, para que entendam o processo de que no convívio social há prioridade de estar bem e viver bem não só individualmente, mas coletivamente. É importante frisar que tanto os professores quanto os alunos precisam entender o valor da ética; precisam aprender e, principalmente, vivenciar para ter êxito em suas relações humanas.

5 A autonomia e ética docente como ferramentas da educação e decolonização

Segundo Castoriadis (1991), a autonomia é o pressuposto, e, ao mesmo tempo, o resultado da ética, e, portanto, só pode ser definida na relação social. “Não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos, e a sua realização só pode conceber-se como empreitada coletiva. (CASTORIADIS, 1991, p. 130)”. É pacífico o entendimento de que o professor precisa trabalhar com autonomia e esforça-se para que ela não se perca com o passar do tempo e suas adversidades. Seja nas relações com os educandos, na postura do professor em sala, no chamar a atenção nas conversas, no relacionamento com os profissionais da escola ou na forma como se comporta na coletividade, a ética se faz presente como algo fundamental na relação entre aluno e professor.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. Precisamente porque éticos podemos desrespeitar a rigorosidade da ética e resvalar para a sua negação, por isso é imprescindível deixar claro que a possibilidade do desvio ético não pode receber outra designação senão a de transgressão (FREIRE, 1996, p. 25).

A autonomia docente em sala de aula necessita estar pautada na ética, pois uma autonomia sem ética pode prejudicar tanto o processo de ensino quanto o de aprendizagem. O ambiente da sala de aula sem o ingrediente ético adoce o processo de aprendizado e não colabora para sua eficácia e para seu desenvolvimento adequado.

Dentro da linguagem da ética estão contidas posturas bem-definidas, pois os professores, de certa forma, tornam-se modelos para os seus alunos. O professor não pode pensar no aluno apenas em sala de aula, visando somente às notas para serem aprovados em sua matéria. Podemos afirmar que princípios éticos expressos, por exemplo, pela atitude empática, representam a aquisição de um tipo de conhecimento. É esperado que todo conhecimento aprendido se traduza em atitude. O ambiente de sala de aula, pautado pela ação da ética entre os dois atores, é fundamental para que haja sucesso na atividade docente de modo a estabelecer uma educação inovadora e de qualidade. A relação entre esses dois agentes, baseada no respeito mútuo, na ética, na fraternidade e na justiça, fortalece o contrato estabelecido que busca contribuir para o ensino socioeducativos.

Compreender o que é o ensinar é determinante para obtermos respostas para a indagação deste tópico. Segundo Freire (1996), um bom professor não transfere conhecimento, mas cria possibilidade para a produção e construção do ensino. “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (p. 21). O professor precisa desenvolver o conhecimento dando ênfase às experiências que vêm com a prática, e exigir de si próprio novas definições na sua profissão para que não perca a autonomia. Os questionamentos das transformações que ocorrem com sua identidade com o passar dos anos, acontecem pela maneira como exerce seu trabalho em razão das ações surgidas a partir das experiências, tendo o social como base.

É preciso que haja um regresso dos professores ao centro das preocupações e das políticas que, em tese, podem viabilizar e melhor estruturar o sistema de ensino, bem como na formação do professor, e, logo, proporcionar as melhorias aos processos de ensino. “É preciso passar a formação de professores para dentro da profissão” (NÓVOA, 2009, p. 17). Advogamos que passar a formação de professores para dentro da profissão, necessita de regressos e encontros com a história e com os saberes decolonizadores.

Não obstante, nesta linha o saber docente não é formado apenas da prática, sendo também nutrido pelas teorias da educação. Dessa forma, a teoria tem importância fundamental na formação dos docentes, pois dota os sujeitos de variados pontos. Segundo a autora, o saber docente é nutrido tanto pelo conhecimento teórico quanto pela prática de ensino. Um não anula o outro, sendo essa dicotomia uns dos pressupostos para a formação de um bom professor. A crítica é fundamental para o processo de ensino, e, nesta perspectiva, podemos afirmar que existe um fio condutor que liga ao pensamento decolonial no ensino-aprendizagem.

6 Considerações finais

Este trabalho objetivou evidenciar a importância da autonomia e da ética docente sob a perspectiva decolonial no contexto de ensino e aprendizagem, com o intuito de contribuir para o melhor desenvolvimento do processo de ensino, tanto no contexto escolar quanto fora. Também identificou-se que a ética e o pensamento de autolibertação (decolonial) mostram-se interligados, quando olhamos da perspectiva de um outro modo de ver. Neste sentido, destacamos que a autonomia e a ética são princípios importantes para o ensino-aprendizagem, e que, se revisitados em suas concepções primeiras, podem inspirar posturas que rompam com modos de ver que limitam e aprisionam o pensamento, indicando, paradoxalmente, uma contradição ao pensamento moderno ocidental, que prega justamente o avanço da ciência pela substituição, ruptura ou evolução do avanço da ciência.

Esta pesquisa destacou que no campo da educação se necessita de bons profissionais com conhecimento teórico, experiência, ética e autonomia, que se envolvam na busca de cumprir regras que trarão benefícios à sociedade por meio do ensino. Salientou-se que a ética é importante, pois colabora para com uma educação comprometida, de qualidade, capaz de formar cidadãos com responsabilidade, princípios e valores. O docente como mediador dos conhecimentos transmitidos aos alunos, possui a responsabilidade de instigar e estimular a aprendizagem dos mesmos por intermédio da interação, promovendo a aquisição e a construção de novos saberes.

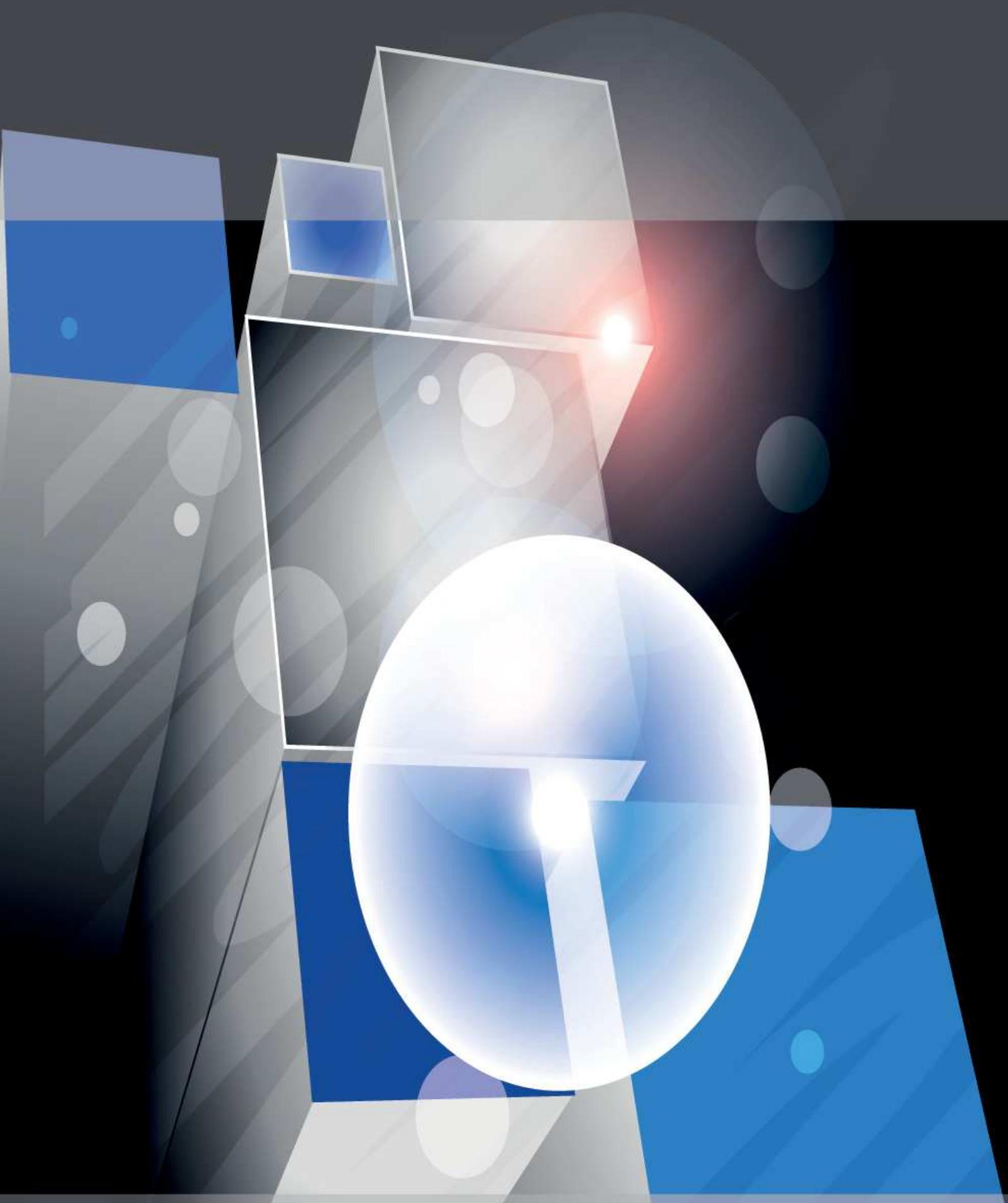
O texto relatou que quando os profissionais da educação visam o ensino, e trabalham para o bem comum, olhando seu aluno como ser humano individual, contribuem de forma inequívoca para a sociedade. Os professores, comprometidos com o saber e a prática docente, são influência direta na vida dos seus alunos, na transformação da sociedade e para o avanço da ciência.

O estudo permitiu apontar para o fato de que quanto mais o professor for valorizado como intelectual no ato da docência, exercendo a profissão docente com autonomia, orientado por princípios éticos, aponta-se para uma educação que privilegia o valor daquele a quem ela se dirige; uma educação que valoriza a vida e a existência em sua plenitude

Por fim, defende-se que o professor é figura necessária para a construção de uma sociedade mais humana e igualitária e que a educação é uma ferramenta imprescindível para a sociedade, tendo em vista que a educação não é isolada dos contextos políticos, sociais e econômicos e que está comprometida com uma estrutura que demanda muita compreensão e uma particularidade dicotômica entre a autonomia e a ética, com a identidade profissional do professor no ambiente de ensino e saberes decoloniais.

Referências

- AGUIAR, D. C. V. **A docência e autonomia no cotidiano escolar**. 2019. 166 f.: il. color. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2019.
- BOTTON, A. M. **Autonomia da vontade e interesse moral em Kant**. 2005. 101 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2005.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CONTRERAS, J. **A autonomia dos professores**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
- CORTELLA, M. S. **Qual é a tua obra?** Inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, P. **Cartas a Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2003.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 24. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- GAUTHIER, C.; *Et al.* **Por uma teoria da pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2013.
- LEGRAMANDI, A. B.; GOMES, M. T. Insurgência e resistência no pensamento freireano: propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória. **Revista @mbienteeducação**, São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, v. 12, n. 1, p. 24-32, jan./abr. 2019.
- MONTEIRO, M. A. A. *et al.* Visões de autonomia do professor e sua influência na prática pedagógica. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 117-130, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epec/v12n3/1983-2117-epec-12-03-00117.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- NETO, J. C. da M. **Educação popular e pensamento descolonial latino-americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borba**. 2015. 370 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, 2015.
- NÓVOA, A. **Professores**: imagens do futuro presente. Lisboa: Educa, 2009.
- PENTEADO, R. Z. Uma perspectiva interdisciplinar para a cultura do cuidado docente. **Pluralidades e (des)qualificações**, v. 20, n. 1, 2018.
- PRETO, F. F.; *Et al.* **Da colonização à decolonização**: conhecimento, pensamento e saber. SEMANA CIENTÍFICA UNILASALLE – SEFIC, 7. 2016, Canoas, RS, 17 a 21 de outubro de 2016.
- SILVA, G. F. da.; MACHADO, J. A. Saberes em diálogo: a construção de um programa de formação docente em uma rede municipal de ensino. **Revista Ibero-Americana de Educação**, Madri, Espanha, v. 77, n. 2, p. 95-111, 2018.
- TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.



UNIVERSIDADE 
LaSalle
Editora